Jornal do FÓRUM das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.
DCE da Unicamp
DCE da USP
DCE da Unesp e FATEC

Nº 2 - Dezembro 2010

Estudantes da Unesp reorganizam DCE e promovem atos

Na pág. 8, leia também nota do Fórum das Seis contra as agressões durante o InterUnesp, em Araraquara

O Cruesp se cala, mas os números falam por si!

R$ 65 bilhões

Num claro desrespeito à inteligência de docentes, servidores e estudantes, os reitores vêm repetindo em 2010 a mesma política de anos anteriores. Apresentam previsões de arrecadação rebaixadas, baseiam-se nelas para negociar durante a data-base e, depois, quando os reais números vêm à tona, caem no mais sepulcral silêncio.

De um prognóstico inicial de R$ 59 bilhões para 2010, a previsão já bate na casa dos R$ 66 bilhões. O dado consta de documentos oficiais da Unesp.

Se o Cruesp conceder o reajuste de 16% pleiteado na data-base, o que representaria um acréscimo de 8,85% sobre os salários de agosto, ainda assim o comprometimento total das três universidades com a folha de pagamento não passaria dos 85%. *Veja na página 3*

Ensino à Distância e formação inicial

Argumentos frágeis, interesses sólidos

Nas páginas 5 e 6, confira relato sobre os debates entre Fórum e Cruesp, no ano passado, e como está a implantação do ensino à distância nas universidades e no Ceeteps

Carreira

Fórum cobra discussão democrática e garantia de isonomia entre as universidades - *Págs. 3 e 4*

Governo ameaça quebrar o vínculo entre Ceeteps e Unesp

Leia na página 7

Estrutura de poder nas universidades estaduais e no Ceeteps é antidemocrática

Pág. 8

Reprodução: Informativo Adusp

Expansão com qualidade!

Defesa de mais recursos para a educação pública paulista estará na ordem do dia em 2011.

Pág. 6

EDITORIAL

A ‘modernidade’ do Cruesp e a atualidade das nossas lutas

O segundo período letivo caminha para o encerramento. Muitas das batalhas que nos moveram neste ano continuam na ordem do dia: a questão salarial, a democratização das estruturas de poder nas universidades e no Centro Paula Souza, a necessidade de mais verbas para a educação pública, políticas efetivas de permanência estudantil, realização de um debate amplo e democrático sobre a carreira docente e de servidores, repúdio à criminalização do movimento, o ensino à distância, a terceirização, entre outros.

> ***A ofensiva dos reitores nesta data-base, iniciada com a quebra da isonomia de reajuste entre as categorias e escancarada com a tentativa de criminalizar o movimento, ganha novos contornos.***

Sobre cada um destes temas, seria possível escrever várias páginas. A edição passada do ***Jornal do Fórum*** procurou aprofundar alguns deles, como a terceirização e a criminalização do movimento. Nesta edição atual, avançamos sobre outros. Nas páginas 3 e 4, veremos que as propostas de mudanças na carreira docente caminham a passos largos nas três universidades, deixando um rastro de sérias dúvidas na categoria e evidenciando um embate entre concepções de universidade. A carreira dos servidores também suscita questionamentos.

O início da primeira licenciatura à distância na USP, que se soma ao curso de Pedagogia oferecido pela Unesp, ambos em parceria com a Universidade Virtual do Estado de SP (Univesp), é assunto das páginas 5 e 6. A expansão de vagas por vias virtuais, ao que parece, é um dos caminhos encontrados pelo governo, com a cumplicidade das direções das universidades estaduais paulistas, para tentar driblar a demanda por educação superior pública de qualidade em São Paulo.

A necessidade de democratização das estruturas de poder na USP, Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza – tema tratado na página 8 – pode ser resumida em um número revelador: no processo oficial de sucessão do reitor da USP, em 2009, apenas 0,3% da comunidade universitária esteve envolvida.

A luta por mais verbas para a educação (pág. 6) e a retomada da organização estudantil na Unesp (pág 8) também são temas da edição. A contextualização do vínculo existente entre o Centro Paula Souza e a Unesp, novamente ameaçado, entra em debate na página 7.

Bem... e os números do ICMS? Como mostra matéria na página seguinte, eles falam por si. Num claro desrespeito à inteligência de docentes, servidores e estudantes, os reitores vêm repetindo em 2010 a mesma política de anos anteriores. Apresentam previsões de arrecadação rebaixadas, baseiam-se nelas para negociar durante a data-base e, depois, quando os reais números vêm à tona, caem no mais sepulcral silêncio. De um prognóstico inicial de R$ 59 bilhões para 2010, a previsão já bate na casa dos R$ 66 bilhões. O dado consta de documentos oficiais da Unesp.

A maior parte dos ofícios enviados pelo Fórum ao Cruesp ficou sem resposta. Queremos que os reitores cumpram o acordado com a categoria (acordo Fórum/Cruesp de 1991) e agendem uma negociação ainda neste semestre. Queremos debater a reposição salarial e os demais itens da Pauta Unificada 2010.

Reforma e privatização

Os pontos elencados até aqui são o pano de fundo de um cenário que delineia um projeto de privatização e destruição da universidade pública. A ofensiva dos reitores nesta data-base, iniciada com a quebra da isonomia de reajuste entre as categorias e escancarada com a tentativa de criminalizar o movimento, ganha novos contornos.

O documento “*Princípios gerais para a criação de novos cursos de graduação na USP*”, apresentado pelo reitor João Grandino Rodas e aprovado pelo Conselho Universitário em 14/9, revela os novos passos que a burocracia universitária planeja dar, em consonância com a política privatista do governo de plantão em São Paulo. As diretrizes, que vêm sendo chamadas de “reforma na USP”, anunciam a possibilidade de rever currículos e até fechar cursos. Para incentivar as unidades a se ajustarem aos novos princípios, o reitor sugere que elas compitam entre si por verbas suplementares. “No bom sentido, o objetivo é colocar emulação, incentivo e concorrência dentro da USP. Uma unidade em que as propostas dos dirigentes não têm coerência, que não se mexe e que fica com o dinheiro parado, pode perder suplementação, pois está mostrando que não é um bom investimento para a Universidade” (*O Estado de S. Paulo*, 1/10/2010, pág. A3).

Reprodução: Informativo Adusp

E, para que não restem dúvidas de que a evolução da USP deve ser a privatização, Rodas foi explícito: “Em um mundo em constante evolução, para que a universidade, pública ou privada, se mantenha atualizada, são necessários orçamentos cada vez maiores. Tal fenômeno verifica-se tanto no exterior quanto no Brasil, não sendo por acaso que as universidades mais importantes do mundo sejam também as campeãs na captação de recursos” (*Folha de S. Paulo*, 10/9/2010).

A ofensiva de Rodas, aparentemente mais afoito que seus colegas reitores, não é uma particularidade da USP. A conduta do Cruesp nesta data-base mostrou que a política das três universidades está em sintonia. De nossa parte, é preciso construir, no bojo das lutas que nos desafiam agora e no próximo ano, uma campanha em defesa da universidade pública e gratuita, contra quaisquer tentativas de privatização.

Expediente

Jornal do Fórum das Seis é uma publicação conjunta do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp/STU, Sindicato dos Trabalhadores da USP/Sintusp, Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza /Sinteps, Sindicato dos Trabalhadores da Unesp/Sintunesp, Associação dos Docentes da USP/Adusp-S.Sind., Associação dos Docentes da Unesp/Adunesp-S.Sind., Associação de Docentes da Unicamp/Adunicamp S.Sind., Diretório Central de Estudantes da Unicamp, Diretório Central de Estudantes da USP e Diretório Central de Estudantes da Unesp/Fatec.

Jorn. Resp: Bahiji Haje (MTB 19.458).
Tiragem desta edição: 25 mil exemplares.

REAJUSTE SALARIAL

O Cruesp se cala, mas os números falam por si!

Documento oficial da Unesp supera previsões mais otimistas e projeta arrecadação do ICMS para patamar superior a R$ 66 bi em 2010. Queremos discutir a reposição salarial no segundo semestre e a ampliação dos recursos à permanência estudantil

A Assessoria de Planejamento e Orçamento (Aplo) da Unesp prevê uma arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em 2010, superior a R$ 66 bilhões.

A informação aparece formalmente na Peça Orçamentária da Universidade para 2011. Como mostrado na tabela 3 (página 10 do documento), a Aplo prevê, no item "Recursos do Tesouro", que a Unesp receberá R$ 1.555.073.504 em 2010. Considerando que a cota parte da Unesp é 2,3447% do total repassado às universidades estaduais paulistas, tem-se uma estimativa para a arrecadação de ICMS superior a R$ 66 bilhões em 2010.

Antes de analisar este dado, é preciso resgatar alguns fatos.

Os orçamentos das três universidades para 2010, aprovados no final de 2009, utilizaram como base a previsão de arrecadação oficial (feita pela Secretaria da Fazenda) de R$ 59 bilhões para o ICMS deste ano. Na primeira reunião da Comissão Técnica do Cruesp com o Fórum das Seis, realizada em 06/05/2010, bem como na primeira reunião do Fórum com o Cruesp, em 11/05/2010, os técnicos do Cruesp informaram que, com base no efetivamente arrecadado até aquele momento, estavam utilizando, como previsão da arrecadação do ICMS para 2010, o valor de R$ 61,2 bilhões. O Fórum das Seis questionou estes números desde o primeiro momento, pois estava óbvia a tentativa, mais uma vez, de intimidar a campanha salarial da categoria com previsões de arrecadação rebaixadas.

No dia 17/8, em reunião com o Fórum das Seis, a Comissão Técnica do Cruesp disse que havia revisto sua previsão, ampliando-a para R$ 63 bilhões.

Na edição de agosto do ***Jornal do Fórum***, foram apresentados alguns cenários para a arrecadação do ICMS.

Comprometimento acumulado do orçamento das universidades em 2010 com as folhas de pagamento, considerando uma arrecadação de R$ 66 bilhões (em %)

Universidades/Cenário	Unesp	Unicamp	USP	Total
Cenário 1 O Cruesp não concede reajuste adicional	82,30	81,70	78,65	80,24
Cenário 2 Reajuste de 16% na data-base (isto representa um acréscimo de 8,85% sobre os salários atuais)	86,73	86,06	82,87	84,55

Trabalhando com uma estimativa conservadora – R$ 65 bi –, o Fórum constatou que o Cruesp poderia conceder o reajuste de 16% pleiteado na data-base, o que representaria um acréscimo de 8,85% sobre os salários de agosto. Com isso, o comprometimento total das três universidades com a folha de pagamento ficaria em torno de 85%, limite utilizado pelo próprio Cruesp quando definiu o reajuste de 6,57%, em maio. Vale lembrar que este reajuste teve como base a arrecadação de R$ 61,2 bi.

Agora, com a previsão superando os R$ 66 bi, é óbvio que os reitores podem conceder o reajuste reivindicado na data-base. Esta mesma simulação, como mostra a tabela, na qual o Cruesp concede 16% na data-base, leva o comprometimento médio das três universidades com a folha de pagamento, em 2010, para 84,55% (adotando-se arrecadação de R$ 66 bi).

A situação econômico-financeira das universidades públicas paulistas é muito confortável, reforçando a convicção de que era e ainda é possível ampliar os recursos para o pagamento de salários daqueles que trabalham nessas universidades e fazem delas o segmento mais forte do ensino superior e da pesquisa no país.

O Fórum enviou vários ofícios ao Cruesp, solicitando o agendamento de reunião para discutir esta questão e, também, a continuidade da negociação da Pauta Unificada 2010. Não houve retorno.

Que o Cruesp cumpra a palavra

O Fórum das Seis quer que o Cruesp cumpra a palavra empenhada no acordo celebrado com as categorias em 1991, que prevê negociações no segundo semestre de cada ano. Queremos debater qual destino deve ter este expressivo excedente de arrecadação.

Para o Fórum, o investimento deve se concentrar em recursos humanos, tendo como perspectiva a reivindicação da data-base 2010, de forma isonômica para servidores docentes e técnico-administrativos. Parte deste excedente deve ser revertido para a permanência estudantil (construção de restaurantes, moradia etc), além dos gastos regulares já efetuados com a gratuidade ativa. Com a palavra, os reitores!

Carreira docente - Fórum cobra discussão democrática e garantia de isonomia entre as universidades

Embora a discussão sobre a carreira docente não tenha sido parte das reivindicações do Fórum das Seis nos anos anteriores, em 2009 ela entrou em pauta nas três universidades. Desta forma, o tema tornou-se de interesse essencial para a categoria e, indiscutivelmente, para a definição do projeto de universidade que se deseja. Porém, até agora, o debate não teve a amplitude necessária. Brotaram as dúvidas iniciais: quais as razões acadêmicas para essa mudança? Como ficaria a isonomia nas três instituições?

A situação na USP

Oficialmente, tudo começou na USP, quando, em votação tumultuada, no dia 4 de março de 2009, o Conselho Universitário (Co) aprovou a introdução de alterações na carreira docente. Com sua assembleia geral aprovando recurso contra a reforma aprovada pelo Co, constatando irregularidades no processo de votação e esgotados os recursos internos, a Adusp ingressou na justiça para sustar os efeitos da votação e obteve liminar favorável, concedida pela 7ª Vara da Fazenda Pública. A liminar acabou sendo cassada. Porém, em julgamento do mérito da ação, no dia 16/11/2010, a juíza Simone Gomes R. Casoretti, da 9ª Vara da Fazenda Pública, considerou procedente o pleito da Adusp, de exigência de 2/3 de quórum para a votação dos critérios de progressão.

Para a Adusp, o formato aprovado tem um viés produtivista. Em informativo de 1/11/2010, a entidade critica o anúncio feito pelo reitor na última reunião do Co, de criação de uma comissão destinada a formular uma proposta de critérios para progressão na carreira. "Que legitimidade tem uma mudança estatutária aprovada desta forma?", questiona a publicação. A reivindicação é que a Universidade instale um processo de discussão sobre "que modificações no estatuto são necessárias, em particular na carreira acadêmica, para avançarmos no sentido da construção de uma universidade onde se faça, de forma integrada, a capacitação ao trabalho e a reflexão crítica sobre a sociedade na qual está inserida, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana".

A assembleia de associados à Adusp, de 26/10, reiterou posição contrária à introdução de níveis horizontais na carreira e manifestou sua preocupação com a implementação de uma carreira que foi aprovada em votação irregular.

Na Unicamp

Na Unicamp, os primeiros passos foram dados em junho de 2009, quando a reitoria designou uma comissão para apresentar estudo sobre a carreira docente. Em agosto, foi divulgado um projeto que previa, em suma, a criação de dois níveis de carreira intermediários, um entre MS-3 e MS-5 e outro entre MS-5 e MS-6. Em 24/11/2009, o projeto foi aprovado pelo Conselho Universitário.

Posteriormente, o Cruesp criou uma comissão, composta pelos três vice-reitores, para discutir os pontos convergentes e divergentes entre as propostas em tramitação nas três universidades. Com base no documento elaborado pela comissão do Cruesp, a reitoria da Unicamp colocou novamente em discussão a carreira docente. A reunião do Consu prevista para 30/11, data de fechamento desta edição, tem na pauta a revogação da deliberação aprovada em 2009 (A-O5/09) e sua substituição por uma nova deliberação. A questão central é a introdução de mais um nível entre MS-5 e MS-6.

Além do viés produtivista, um outro problema central apontado pela Adunicamp é a exclusão dos aposentados frente às novas regras.

Na Unesp

Na Unesp, o tema entrou em pauta no início de 2008, quando o atual reitor e presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) na época, Herman Voorwald, constituiu uma comissão para elaborar uma proposta de carreira docente. O projeto – que estabelece níveis intermediários entre as categorias já existentes de Professor Assistente Doutor, Professor Adjunto e Professor Titular –foi aprovado pelo Conselho Universitário em março de 2010. Da mesma forma que na Unicamp, deixa de fora os aposentados.

As novas carreiras ainda não entraram em vigor em nenhuma das três universidades.

Valorização dos níveis iniciais da carreira

No final de 2009, o Fórum das Seis discutiu a elaboração de uma proposta de valorização dos níveis iniciais da carreira docente, aí incluídos os salários dos Auxiliares de Ensino e Assistentes. A reivindicação, que não foi entregue aos reitores devido à proximidade da data-base 2010, deve voltar à pauta de discussões do Fórum.

O que o Fórum defende

O Fórum das Seis vem realizando uma série de debates internos para avaliar as propostas aprovadas nas três universidades e traçar uma luta conjunta. Há consenso de que a carreira deva orientar o trabalho docente de forma não impositiva, respeitando demandas e perfis de cada instituição, mas sem ferir a isonomia.

A situação dos aposentados é um imbróglio. Nos projetos das três universidades, fica clara a intenção de excluí-los do processo. Ainda que reunissem, na época da aposentadoria, as condições para atingir determinado "nível", não poderiam fazê-lo.

A desvinculação entre carreira e estrutura de poder é outro aspecto fulcral para o Fórum. Na USP, onde o problema é mais agudo, o segmento dos professores titulares controla todos os colegiados e tem o privilégio — vedado aos demais docentes — de candidatar-se aos principais cargos da administração: reitor, diretores de unidade e chefes de departamento. Para o Fórum, a disputa de poder no interior da universidade deve acolher todos os interessados, independente do grau da carreira em que estejam.

O Fórum defende, também, que qualquer alteração na carreira precisa se basear em argumentos de natureza acadêmica e não salarial. A correção salarial e a reparação de defasagens nos vencimentos devem ser discutidas durante os períodos de data-base, em negociações diretas entre Fórum e Cruesp.

Resgatando os princípios historicamente defendidos pelo Andes – Sindicato Nacional em relação à carreira docente, o Fórum destaca: carreira única, com base no princípio "trabalho igual, salário igual"; regime jurídico único; ingresso por concurso público; critérios exclusivamente acadêmicos.

Considerando a importância do debate e o impacto que as reformas nas carreiras têm sobre as condições do trabalho docente e sobre a própria concepção de universidade pública de qualidade, o Fórum interpelou o Cruesp, através de ofícios, ao longo de 2009 e 2010, propondo que o assunto seja discutido, inicialmente, no âmbito da Comissão de Isonomia Fórum/Cruesp. Não houve retorno.

A carreira dos servidores técnico-administrativos

A exemplo do que acontece com os docentes, não há entre as universidades estaduais paulistas um plano de carreira isonômico para os servidores técnico-administrativos.

Na data-base 2010, como produto da longa greve dos servidores contra a quebra da isonomia de reajuste entre as categorias, o assunto voltou a ser ventilado. Na Unesp, está em tramitação nos órgãos colegiados um projeto de equiparação das funções com a USP e a Unicamp. A avaliação do Sintunesp é que a equiparação, antiga reivindicação da categoria, somente saiu do papel graças ao movimento de 2010. A proposta final do Grupo de Reestruturação da Carreira está nas mãos do reitor, Herman Voorwald, e o Sindicato cobra a imediata implementação da proposta.

Na Unicamp, a carreira foi tema de três seminários em 2010, organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU). No evento do dia 20/10, a atividade contou com representantes da Diretoria Geral de Recursos Humanos (DGRH), que expuseram uma nova proposta de Carreira Paepe (Profissional de Apoio ao Ensino e Pesquisa). A atual coordenadora da DGRH admitiu que, nos últimos 20 anos, "apenas 11% dos funcionários tiveram promoção acelerada, enquanto para 53% os níveis de promoção foram críticos na Unicamp". Isso comprova a razão das inúmeras reclamações da categoria acerca da carreira e o quanto é necessário haver mudanças.

Na ocasião, o STU apresentou sua proposta de carreira, criada em 1998/1999 e que recebeu várias sugestões dos trabalhadores nos últimos anos. O Sindicato defende que a carreira não perca de vista o tipo de função exercida, a experiência do profissional, a formação e os títulos adquiridos, considerando a função pública da Universidade. Para o STU, o debate precisa prosseguir. A entidade entende que carreira não deve ser uma discussão restrita a gabinetes e, sim, com toda a comunidade envolvida. Caso isso não ocorra, a 'nova' carreira estará fadada ao fracasso e, como a anterior, não atenderá às expectativas dos trabalhadores.

Na USP, a partir de vários seminários organizados pelo Sintusp nos últimos anos, os servidores buscam construir uma proposta de carreira para a categoria. A reitoria já anunciou que pretende implementar um novo plano de carreira em 2011, com resultados em 2012 e 2013. Em reunião realizada no dia 3/11, o Departamento de Recursos Humanos (DRH) da USP concordou em montar uma comissão paritária para discutir o assunto. Entre os pontos defendidos pelos servidores está a redução dos degraus e o estabelecimento de critérios claros e objetivos de ascensão, de acordo com as expectativas e área de atuação de cada funcionário, dentro das especificidades das unidades.

O Fórum das Seis defende que o Cruesp abra o debate sobre a carreira dos servidores de forma ampla e democrática, inicialmente no âmbito da Comissão de Isonomia Fórum/Cruesp.

Nas ETEs e FATECs, carreira veio depois de 10 anos e manteve distorções

Às vésperas do início de uma greve dos professores e funcionários das escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs) que compõem o Centro Paula Souza (Ceeteps), em fevereiro de 2008, o governo Serra anunciou o envio à Assembleia Legislativa (Alesp) de sua proposta de plano de carreira. O projeto tramitou ao longo do ano e acabou sendo aprovado sem nenhuma das emendas defendidas pelo Sinteps, sindicato que representa a categoria e que faz parte do Fórum das Seis. Após 10 anos de promessas, o plano não atendeu às expectativas da maioria dos trabalhadores. As propostas do Sinteps para a carreira de professores e funcionários, aprovadas nos congressos da categorias, podem ser conferidas em www.sinteps.org.br.

Ensino à Distância e formação inicial

Argumentos frágeis, interesses sólidos

Com a implantação de cursos à distância para formação de professores na Unesp e na USP, o governo tenta consolidar o EàD como via de expansão de vagas públicas

A Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp) foi criada em outubro de 2008. Segundo o governo paulista, seu objetivo é "ampliar o acesso à educação superior pública", em parceria com a Unesp, USP, Unicamp e Centro Paula Souza (Ceeteps). A estrutura consorciada da Univesp agrega, ainda, a Fundação Padre Anchieta, a Fapesp, a Fundap e a Imprensa Oficial. O projeto acadêmico, conteúdos, processo de seleção para ingresso e avaliação de desempenho nos cursos cabem às instituições de ensino envolvidas.

Na Unesp, a primeira graduação à distância implantada é a de Pedagogia, com duração de três anos. Após processo seletivo, os 1.350 aprovados iniciaram as aulas em março deste ano. De acordo com o *site* da Univesp, o curso terá 3.390 horas, sendo 60% à distância, em atividades realizadas nos pólos distribuídos por 21 cidades paulistas.

Na USP, teve início em 18 de outubro a Licenciatura em Ciências à distância. Os 360 selecionados estão vinculados a uma das quatro cidades pólo: São Paulo, São Carlos, Ribeirão Preto e Piracicaba, com 90 vagas cada. O curso terá um total de 2.835 horas, sendo 52% à distância. A aula inaugural, realizada no campus Butantã, em 23/10, foi presencial e contou com a participação do reitor João Grandino Rodas e do coordenador do curso, Gil da Costa Marques. "Tudo está planejado e o diploma será tão válido quanto o do ensino superior", explicou Marques (*Univesp Notícias*, em 25/10/2010).

No Centro Paula Souza, está sendo preparado o lançamento do curso de Tecnologia em Processos Gerenciais à distância, com duração de três anos e 3.200 vagas, com pólos de apoio em FATECs de 40 cidades. Em 2009, cerca de 200 professores e diretores da instituição finalizaram o Curso de Capacitação Docente para o Ensino Semipresencial, oferecido pela Secretaria de Ensino Superior do Estado e ministrado na Unicamp. Ao longo de 2010, outras capacitações estão sendo realizadas com a mesma finalidade.

Os debates entre Fórum e Cruesp. No alto, o evento em Bauru, no dia 21/10/2009. Logo acima, fala o professor Otaviano Helene, durante o segundo evento, em Campinas, no dia 11/11/2009

Na Unicamp, o Conselho Universitário não autorizou o início de nenhum curso de graduação à distância até o momento.

Debates em 2009

A criação da Univesp suscitou pesadas críticas por parte da comunidade das três universidades e do Ceeteps. Na greve de 2009, a rejeição à Univesp era uma das principais bandeiras de estudantes, docentes e funcionários.

O Fórum das Seis tem procurado estimular o debate e a reflexão acerca do significado desta iniciativa. Como fruto das negociações da data-base 2009, foi realizado um ciclo de debates, organizado conjuntamente pelo Fórum e pelo Cruesp, sobre o tema, com três eventos.

O primeiro deles ocorreu no dia 21/10/2009, com o tema **"EàD: Por que e para quem? Limites e Possibilidades"**, no campus da Unesp de Bauru. Os debatedores foram os professores César Augusto Minto e Maria A. Segatto Muranaka (pelo Fórum), Cleide Mara Ribeiro Souza e José Armando Valente (pelo Cruesp).

O segundo debate, no dia 11/11/2009, foi realizado na Unicamp, com o tema "**Faltam professores? Ensino à Distância é a solução?".** À mesa, estavam os professores Otaviano Helene e Ivany Rodrigues Pino (Fórum), Bernardete Gatti e Maria Elizabeth B. de Almeida (Cruesp).

O último encontro da série ocorreu na USP, no dia 2/12/2009, com o tema **"Como formar quadros para o país?"**. Debateram os professores Edmundo Fernandes Dias e Sueli Guadelupe de L. Mendonça (Fórum), Klaus Schlünzen Junior e Manoel Oriosvaldo de Moura (Cruesp).

Transmitidos pela Internet, os debates conseguiram expor os principais argumentos favoráveis e contrários ao EàD. A carência de professores na educação básica foi um dos mais citados entre os defensores do ensino à distância. Em sua exposição, o professor Otaviano Helene, da USP, procurou demonstrar que ele não procede. O primeiro aspecto a destacar, segundo o docente, é que não faltam professores no país. Considerando o número dos que se aposentam anualmente, seriam necessários, em média, 50 mil novos profissionais a cada ano. Ocorre que o país forma cerca de 170 mil professores todos os anos. Sem evasão, o número de formados seria de 480 mil.

"A questão é que parte considerável destes professores não vai para a sala de aula, por problemas que vão desde os baixos salários até as condições precárias de trabalho", explicou. "Assim, apresentar EàD como solução só fará crescer o número de professores fora da sala de aula."

Outra contradição, segundo Otaviano, é o grande número de vagas à distância oferecidas na área de Pedagogia. "O curioso é que a Pedagogia oferece 170 mil vagas presenciais e forma cerca de 70 mil pessoas por ano, o que seria mais do que suficiente para cobrir a demanda", exemplificou.

Para ele, o crescimento acelerado de EàD no Brasil nos últimos anos pode ter explicações bem concretas. Uma delas seria a exigência prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), de que 30% dos jovens entre 18 e 24 anos estejam matriculados no ensino superior até 2011. Outra seria a pressão das grandes empresas de informática.

Otaviano também lembrou que o investimento do governo está muito aquém do que deveria ser em educação. "Há espaço enorme para expandir o ensino presencial com qualidade", afirmou. Ele citou, também, que o Brasil tem 100 mil doutores e cerca de 200 mil mestres atualmente. "É irônico que, no momento em que temos tantos profissionais qualificados para assumir a educação presencial, eles passem a ser substituídos por tutores em EàD."

Formação para a cidadania

Para o Fórum das Seis, a criação da "universidade virtual" materializa a intenção do governo de instituir ensino de qualidade diversificada para diferentes parcelas da sociedade, preservando os "centros de excelência" para a formação dos quadros dirigentes e o EàD e outras formas aligeiradas de ensino para a maio-

ria dos que concluem o ensino médio.

É inegável a potencial contribuição das novas técnicas de informação e comunicação e da pesquisa em EàD para a otimização do ensino e da aprendizagem. O EàD pode ser útil para a oferta de cursos de extensão ou especialização, e também para a formação continuada, mas de modo algum na formação inicial.

A verdadeira formação para a cidadania exige relações presenciais, professores bem formados e estudantes livres para desenvolverem trocas cognitivas que demandam espaços de diálogo e discussão, condições fundamentais para o exercício da construção de saberes cada vez mais úteis à sociedade e, algo de importância fundamental, a oportunidade de formar cidadãos competentes e solidários.

Filão para a iniciativa privada

Os dados mais recentes divulgados pelo MEC, acerca do ensino superior à distância no Brasil, trazem números impressionantes: de 2000 a 2008, subiu de 1.682 para 760.599 o número de alunos de graduação que estudam por meio dessa modalidade de ensino no país. Destes, 72% (551.860) estavam em instituições particulares.

Os lucros movimentados na rede privada são crescentes. Projeção elaborada pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de SP (Semesp) indica que o setor do ensino à distância deve movimentar um volume de R$ 3 bilhões em 2010.

Mais verbas para a educação pública, uma luta que continua na ordem do dia

Em 2010, o Fórum das Seis voltou a apresentar emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO/2011), na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp). A LDO define os percentuais de recursos do orçamento a serem investidos em cada um dos setores públicos (educação, saúde, moradia etc) no ano seguinte.

A exemplo dos anos anteriores, as emendas reivindicavam o aumento de recursos para a educação: 33% das receitas globais do estado para a educação pública paulista, aí incluídos 11,6% do ICMS às universidades estaduais e 2,1% do ICMS para o Centro Paula Souza (Ceeteps).

No dia 8 de junho, numa das audiências públicas convocadas pela Alesp para debater a LDO, o professor Francisco Miraglia, da USP, falou em nome do Fórum e criticou a postura subserviente da maioria dos deputados frente ao governo. “Os princípios republicanos são uma ficção nesta casa, pois o que prevalece aqui é a expressa vontade do governador”, disse. Ele também ressaltou que o Imposto sobre Circulação de Serviços e Mercadorias (ICMS) é bastante injusto, pois tributa pobres e ricos da mesma forma. “Por isso, nada mais justo do que a arrecadação do governo com esse imposto ser revertida às necessidades básicas da população, especialmente em saúde e educação.”

No dia 30 de junho, o plenário da Alesp aprovou a versão final da LDO/2011. Nenhuma das emendas apresentadas pelo Fórum foi aprovada. Para as universidades, ficou tudo como está, ou seja, 9,57% do ICMS. Nada mudou para o Ceeteps também: nenhuma dotação orçamentária específica.

Expansão sem recursos

Na Pauta Unificada da data-base 2010, o Fórum das Seis apontou a necessidade de participação efetiva do Cruesp na luta pelo aumento dos investimentos do estado na educação pública em geral. É lamentável que os reitores não emitam qualquer sinal de protesto com relação ao fato de que o governo promoveu uma expressiva expansão de vagas e cursos nas três universidades, nos últimos anos, mas não aumentou a sua dotação.

Manifestação durante a data-base 2010, em São Paulo

A expansão na Unesp, iniciada em 2002, resultou na criação de sete novos *campi* e, embora cercada de promessas do então governador Geraldo Alckmin, foi implantada praticamente sem a injeção de recursos extras. Quando a extinta Faenquil/Lorena, hoje Escola de Engenharia de Lorena (EEL), foi anexada à Universidade de São Paulo, havia o compromisso de um aporte extra de 0,07% da quota-parte do ICMS, o que não aconteceu. Para a Unicamp, que criou o campus de Limeira, a promessa de 0,05% da quota-parte do ICMS também foi “esquecida”.

ETEs e FATECs

Embora rejeite a vinculação de verbas para o Centro Paula Souza, o governo tucano não tem o menor pudor de usar, exaustivamente, as ETEs e FATECs como moeda eleitoral. Nos últimos anos, as “inaugurações” de novas unidades foram manchete constante na imprensa. A expansão ganhou fôlego a partir de 2002, na gestão de Geraldo Alckmin, que ampliou o Centro de 100 (em 2002) para 167 unidades em 2007. Em novembro/2010, já ao final do governo Serra/Goldman, as informações oficiais apontam a existência de 192 ETEs e 49 FATECs, em 152 municípios paulistas.

Investimentos baixos

As reivindicações apresentadas pelo Fórum das Seis anualmente na Assembleia Legislativa tomam por base as propostas aprovadas no “Plano Estadual de Educação: Proposta da Sociedade Paulista”, que tramita na Alesp como PL nº 1.074/2003. Os diagnósticos ali apresentados indicam a necessidade de aplicação de 10% do PIB paulista na educação pública por, pelo menos, uma década. A partir daí, seria possível oferecer, de fato, educação pública de boa qualidade à sociedade, fator indispensável ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento do estado.

Em vez disso, o governo paulista aplica, em média, não mais do que 3,5% do PIB estadual em educação.

Expansão de qualidade

O Fórum das Seis é defensor incondicional da expansão do ensino público, mas advoga que venha acompanhada dos necessários recursos. O padrão único de qualidade é um princípio inegociável, ou seja, qualidade é para todos e não apenas para alguns. Esta é uma luta que, com certeza, estará na ordem do dia em 2011.

Governo prepara nova investida contra o vínculo do Centro Paula Souza à Unesp

Intenção é isolar as ETEs e FATECs e facilitar a privatização. Saiba porquê a comunidade das universidades estaduais tem muito a ver com essa discussão

Não raro, os docentes, servidores e estudantes das universidades estaduais ouvem notícias sobre as escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs). Mas poucos as conhecem de perto. E poucos sabem como elas estão profundamente ligadas aos destinos da Unesp, USP e Unicamp. As ETEs e FATECs integram o Centro Paula Souza (Ceeteps) e, a exemplo das universidades estaduais, também estão na mira permanente dos governos tucanos de plantão.

A afinidade do Centro Paula Souza com essas instituições e com a sua comunidade não se restringe ao fato de também serem públicas e mantidas com os recursos do estado de São Paulo. O Ceeteps é vinculado diretamente à Unesp.

Na reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp de 21 de outubro, o reitor Herman Voorwald anunciou a intenção de propor, em fevereiro de 2011, a quebra deste vínculo. A afirmação acendeu sinal de alerta no Ceeteps. Na esteira do desvínculo, a intenção mal disfarçada do governo tucano é a privatização.

Mas, afinal, o que a comunidade das três universidades tem a ver com essa discussão? Os trechos a seguir têm o objetivo de ajudar a esclarecer esta questão.

Discussão antiga

O Ceeteps foi criado em 06/10/1969 e transformado em autarquia de regime especial associada e vinculada à Unesp, por ocasião da criação da universidade, em janeiro de 1976. É uma instituição pública, responsável pela oferta de ensino profissional de nível médio e superior.

De tempos em tempos, a questão do vínculo é reapresentada ao Conselho Universitário (CO) da Unesp, mudando apenas a nuance envolvida na discussão.

No início da década de 90, por ocasião da discussão do Regimento Geral da Unesp, foram propostas alterações no capítulo destinado a regulamentar as vinculações de outras autarquias com a Universidade e, de maneira especial, a do Ceeteps. Neste período, a discussão foi no sentido de estreitar e definir a associação e as condições da vinculação.

Após longo estudo de uma comissão composta por conselheiros do CO, foi aprovada a Resolução Unesp 63/95, que define, em resumo: "A Unesp exercerá sobre as autarquias vinculadas um sistema de controle didático-científico, administrativo, patrimonial e de resultados". Este controle seria exercido através dos órgãos colegiados centrais e da reitoria da Unesp.

A Resolução 63/95 define, também, a organização do Ceeteps e a estrutura de seus órgãos administrativos, ampliando a composição do Conselho Deliberativo da autarquia, incluindo nele a participação de representantes da comunidade, eleitos por seus pares.

A Resolução Unesp 63/95 nunca chegou a ser implantada. Em abril de 1997, atendendo às pressões do governo estadual, a reitoria da Unesp criou uma Comissão Tripartite para rediscutir o vínculo. Ao final dos estudos, a Comissão entendeu que o Ceeteps deveria ser desvinculado da Unesp e, para efetivar sua decisão, propôs a edição de um projeto de lei, o PL 96/98.

Ao conhecer seu teor, a comunidade do Ceeteps reagiu contra o projeto e, numa manobra regimental, conseguiu retirá-lo da pauta de votação da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp).

Em 2000, em meio à greve dos trabalhadores do Ceeteps, o Secretário da Ciência e Tecnologia, José Aníbal, voltou à carga e colocou o PL 96/98 novamente em tramitação na Alesp. Naquele mesmo ano, a comunidade da Unesp, reunida em Assembleia Universitária, havia aprovado a continuidade do vínculo e associação do Ceeteps à Unesp, nos termos da Resolução Unesp 63/95.

A comunidade do Ceeteps novamente reagiu contra o PL 96/98, desta vez contando com o apoio da comunidade unespiana. Chamado novamente a se manifestar, o CO da Unesp reviu seu posicionamento anterior (proposto pela Comissão Tripartite) e deliberou pela continuidade do vínculo, bem como pela suspensão da tramitação do PL 96/98 na Alesp.

Diante deste posicionamento do CO da Unesp, a reitoria encaminhou ofício ao presidente da Alesp pedindo a suspensão do PL 96/98, o que foi acatado de imediato.

Manifestação conjunta entre trabalhadores e estudantes na FATEC/SP, no início de 2010

Serra e o vínculo

Em 2007, novamente o assunto voltou à tona, desta vez em função da reorganização do estado proposta pelo recém-empossado governador José Serra.

Por meio de decreto, o Ceeteps foi alocado na Secretaria de Desenvolvimento (ex-Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico), enquanto as universidades ficaram na Secretaria de Ensino Superior. A medida teve a clara intenção de isolar o Ceeteps e, com isso, facilitar a quebra do vínculo e posterior privatização.

A quem interessa o desvínculo

O rompimento do vínculo passou a interessar ao governo e à Superintendência do Ceeteps a partir da cassação do mandato do Diretor Superintendente escolhido pela comunidade, substituído por um interventor, em 1996. Antes da intervenção, a discussão entre as autarquias era no sentido de estreitar e definir o vínculo, como prova a Resolução Unesp 63/95.

Nestes quase 15 anos de tentativas do governo em romper o vínculo, a Unesp, quando foi chamada a discutir em profundidade o assunto, sempre defendeu o Ceeteps de experiências governamentais.

Nenhuma das duas autarquias se prejudica com o vínculo. A Unesp não divide sua dotação orçamentária com o Ceeteps, que tem orçamento próprio, e uma não interfere nas atividades da outra. O papel da vinculação é de supervisão e orientação e não de interferência.

Por muito tempo, os servidores e docentes beneficiaram-se até dos reajustes salariais, muitas vezes negociados entre o Fórum das Seis e o Cruesp, estendidos ao Ceeteps por Resolução da Unesp. Mesmo sem este benefício, desrespeitado pelo governo desde 1996, a comunidade continua defendendo que a aproximação do Ceeteps à Unesp foi fundamental para alicerçar a oferta de cursos técnicos e tecnológicos de qualidade.

O que pede a comunidade do Ceeteps

É evidente que o vínculo e a associação trazem mais benefícios para o Ceeteps do que para a Unesp, mas a Universidade pode, como já fez no passado, utilizar a estrutura das FATECs e ETEs para o desenvolvimento de atividades de extensão de serviços à comunidade, implantando-os e supervisionando-os, bem como desenvolver ramos de pesquisa educacional tecnológica que contribuam para o desenvolvimento do estado mais rico da federação.

A comunidade do Ceeteps quer o vínculo e associação à Unesp porque sabe da seriedade e da responsabilidade dessa Universidade nas discussões acerca dos destinos do sistema público de educação do nosso estado.

As entidades que constituem o Fórum das Seis entendem que esse vínculo favorece a futura construção de um Sistema Estadual de Educação, previsto pelo "Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista", que visa garantir a todos os cidadãos do estado de São Paulo uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades.

Estudantes da Unesp reorganizam DCE e promovem atos em frente à reitoria

A diretoria provisória do DCE da Unesp/Fatec promoveu um ato público em frente à reitoria da Unesp, no dia 15/10. O ato reuniu cerca de 150 estudantes, de vários *campi* da Unesp e também das FATECs, USP e Unicamp. O eixo da manifestação foi a luta contra a precarização e a mercantilização da educação, pelas demandas gerais (mais recursos para a permanência estudantil) e específicas das universidades, discutidas em assembleias nas unidades, e contra a repressão a estudantes e trabalhadores.

Da reitoria da Unesp, eles seguiram em passeata até a Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, para protestar contra a repressão a estudantes e servidores naquela universidade e em repúdio à chamada "Reforma na USP", que prevê a reformulação e até o fechamento de cursos.

Estudantes da Unesp durante ato em frente à reitoria, em 15/10/2010

Uma comissão de alunos foi recebida por representantes da reitoria, que concordaram em agendar uma reunião com o reitor, professor Herman Voorwald, para 17/11. Novo ato foi realizado nesta data. Na reunião com o reitor, os representantes fizeram a entrega de uma pauta unificada de reivindicações do movimento estudantil da Unesp. Entre os pontos discutidos, destaque para o compromisso da reitoria da Unesp de ampliar em 20% o número de bolsas de auxílio socioeconômico aos estudantes.

A direção provisória do DCE Unesp/Fatec foi eleita durante o Congresso dos Estudantes da Unesp e da Fatec (CEUF), em setembro.

Fórum das Seis repudia agressões em Araraquara

Os fatos ocorridos durante os jogos universitários realizados em Araraquara, o InterUnesp, de 9 a 12 de outubro, ganharam dimensão nacional. Um grupo de alunos organizou um "rodeio" para conferir quem conseguiria ficar mais tempo "montado" em colegas obesas. O acontecimento mereceu manifestações e notas de repúdio em todo o país.

O Fórum das Seis repudia o ocorrido e transcreve a seguir trechos de notas distribuídas por entidades que o compõem.

Para o DCE da Unesp e Fatec, o "feito animalesco destes execráveis estudantes expressa dentro da Universidade os valores mais conservadores da sociedade: o racismo, a opressão às mulheres, a homofobia etc."

Para a Adunesp e o Sintunesp, que assinaram nota conjunta, "a insensibilidade diante da dor do outro e o desejo inconsciente de eliminar os considerados frágeis ou, simplesmente, diferentes, refletem comportamentos que levaram, historicamente, a movimentos xenófobos e a extremos como o fascismo e o nazismo."

A nota alerta para o risco da banalização dos acontecimentos. "A capacidade de nos indignarmos contra a opressão, em qualquer âmbito da vida em que ocorra, é um tesouro do qual não podemos abrir mão. É com ela que devemos contar para barrar os ataques à prática docente e aos direitos dos trabalhadores, o produtivismo exacerbado que campeia na universidade pública, as pressões privatistas e a busca da saída individual diante das más condições salariais e de trabalho, entre outros."

Reitoria da USP processa estudantes

A tentativa de criminalizar os movimentos sociais ganha novos contornos sob a gestão Rodas. A mais recente iniciativa, neste sentido, é a abertura de processo administrativo disciplinar contra quatro estudantes. Eles são acusados de haver participado do "ato de invasão" da reitoria da USP em 2007 e de "assim concorrerem para os danos dela decorrentes". A instauração do processo foi recomendada pelo relatório final da comissão sindicante criada pela reitora Suely Vilela, em setembro de 2007.

Este é mais um fato a agravar a crescente repressão dentro das universidades. A ofensiva contra o direito de greve na data-base deste ano, que culminou com o desconto de dias parados, posteriormente revogado, escancarou a postura antidemocrática das administrações universitárias e exige respostas firmes do movimento.

"I Festival InterUnesp Contra as Opressões"

O DCE da Unesp e Fatec promove o "**I Festival InterUnesp Contra as Opressões**", entre os dias 3 e 5 de dezembro, no campus de Marília, com debates, shows e manifestações culturais diversas. O objetivo é repudiar os fatos ocorridos em Araraquara e mostrar que a universidade pode ser espaço de confraternização, em contraponto às festas que legitimam as opressões.

Estrutura de poder nas universidades estaduais e no Ceeteps é antidemocrática

A ocupação militar da USP, em junho de 2009, estampou a faceta mais autoritária de um regime ossificado: a estrutura de poder das universidades estaduais paulistas.

Manifestação na data-base de 2009

A greve de professores e estudantes, deflagrada em reação a essa ocupação e que se somou à greve dos servidores técnico-administrativos, bem como o processo de eleição direta para reitor organizado pela Adusp no segundo semestre daquele ano, provocaram um debate público em torno da necessidade de democratizar a universidade.

Essa discussão continua mais atual do que nunca.

Ainda que o processo seja antidemocrático nas três universidades, há algumas diferenças que colocam a USP na retaguarda do processo. Na Unesp e na Unicamp, é realizada uma consulta à comunidade no início do processo eleitoral. Na Unicamp, os docentes têm peso de 60% na consulta, cabendo 20% para funcionários e 20% aos estudantes. Na Unesp, são reservados 70% do peso aos docentes e os 30% restantes divididos igualmente entre funcionários e estudantes. Em ambas as universidades, entre funcionários e estudantes é grande o questionamento sobre a inexistência da paridade.

Na USP, o processo é fracionado em dois turnos: no primeiro, reúne-se o colégio eleitoral, composto pelo Conselho Universitário, os conselhos centrais e as congregações. No segundo turno, as congregações são excluídas. Em 2009, por exemplo, o total de eleitores potenciais no primeiro turno era de 1.925, número que caiu para 325 no segundo turno (!). Na época, a instituição contava com 109.334 mil pessoas, entre alunos (88.261), professores (5.732) e funcionários (15.341). Ou seja, cerca de 0,3% daqueles que participam da vida universitária indica o dirigente máximo da instituição. Cabe destacar ainda que, na USP, tanto nessas "eleições" quanto na composição dos colegiados, é desrespeitada a representação de 70% de docentes e 30% de estudantes e funcionários.

Em comum, as três universidades têm o fato de que só podem se candidatar a reitor os professores titulares e, ainda, a constituição de uma lista tríplice, encaminhada ao governador. Não é exagero afirmar que, no frigir dos ovos, o reitor é escolhido por um único eleitor! A indicação de João Grandino Rodas à reitoria da USP, segundo mais votado na última "eleição", no final de 2009, é um bom exemplo disso.

Ceeteps, a pérola do autoritarismo

A situação no Centro Paula Souza (Ceeteps), que mantém as escolas técnicas (ETEs) e faculdades de tecnologia (FATECs), é quase pré-histórica. Cabe ao seu Conselho Deliberativo, composto por seis pessoas (nenhuma eleita pela comunidade), montar listas tríplices para os cargos de superintendente e vice-superintendente e enviá-las ao governador, que dá a canetada final. Assim, o voto de sete pessoas (os membros do CD e o governador) substitui a vontade de cerca de 150 mil pessoas (total estimado de alunos, professores e funcionários das ETEs e FATECs).

Vale lembrar que nem sempre a situação no Centro Paula Souza foi assim. Entre os anos de 1992 e 1996, antes do início do governo tucano, a instituição chegou a eleger um superintendente pela via direta (o professor Elias Horani). Em 1996, ele foi afastado do cargo pelo recém-empossado governador Mário Covas, que deu início à intervenção no Centro.